

Educação Patrimonial em São Luís do Maranhão sob a percepção de pesquisadores de instituições de ensino formal e gestores de instituições de preservação

Samuel Benison da Costa Campos

Instituto Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil
Doutorando em Design – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS)

 <https://orcid.org/0000-0002-5624-9759>

E-mail: samuel_benison@ifma.edu.br

Airton Cattani

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Bolsista CNPq – Produtividade em Pesquisa 2

 <https://orcid.org/0000-0001-8081-7704>

E-mail: aacc@ufrgs.br

Fábio da Silva Pinto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Bolsista CNPq – Produtividade em Pesquisa 2

 <https://orcid.org/0000-0001-9349-5601>

E-mail: fabio.silva@ufrgs.br

Resumo: Este artigo é um recorte de pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Design da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo de levantar requisitos para o desenvolvimento de material didático para Educação Patrimonial em São Luís – MA. Para tanto, foi realizada uma série de entrevistas com dezoito voluntários, pesquisadores e gestores, que responderam doze questões que vão desde a origem de seu interesse pessoal com o tema do patrimônio cultural, até sua percepção sobre a prática da Educação Patrimonial em uma cidade que parte de seu Centro Histórico é tombado pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial. As entrevistas foram planejadas com perguntas abertas, tendo como estratégia uma abordagem não diretiva, a fim de não influenciar os respondentes. Também foram analisados materiais didáticos disponíveis para o trabalho de Educação Patrimonial em ambientes de ensino formal. Os resultados demonstram que o envolvimento emocional da população é um ponto de partida necessário e importante para ações em Educação Patrimonial e a consequente produção de material didático.

Palavras-chave: Entrevistas; Educação Patrimonial; Materiais Didáticos; Patrimônio Cultural; Envolvimento Emocional.

The perception of researchers and managers of the city of São Luís capital of the Brazilian state of Maranhão on Patrimonial Education

Abstract: In this article, we present the results of a series of interviews with eighteen volunteers, researchers and managers, who answered twelve questions that addressed from the origin of their personal interest in the theme of cultural heritage, as well as their perception about the practice of Heritage Education in São Luis, capital of the Brazilian

state of Maranhão, where part of its Historic District is listed by UNESCO as a World Cultural Heritage, as well as the analysis of the didactic materials available for the work of Heritage Education in formal teaching environments. We planned the interviews taking as a strategy a non-directive approach in order not to influence the respondents, so the questions were opened in order to extract requirements for the development of a didactic material about the heritage of São Luís. As a result, we have proven that emotional involvement is a necessary starting point for the Heritage Education process.

Keywords: Interviews; Heritage education; Teaching materials; Cultural heritage; Emotional Engagement.

Texto recebido em: 22/06/2019

Texto aprovado em: 14/10/2019

Introdução

Em primeiro lugar não há história no vazio. Há história, mas sempre no espaço, e espaço geográfico que é um espaço cultural e histórico. (FREIRE, 1984, p. 16)

Como bem nos alerta Freire, qualquer ação que tenha por objetivo educar sobre a relevância dos espaços e artefatos patrimoniais que não consiga estabelecer neles este permanente diálogo de significação entre a cultura e a história, tem grande chance de insucesso. A comprovação mais significativa e lamentável, sem dúvidas, foi o incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro em setembro de 2018, onde as chamas colocaram termo a um signo que há muito agonizava e convalescia à vista de todos.

Contudo, “não só de fogo perecem os bens patrimoniais no Brasil”; basta caminharmos por qualquer cidade do país para constatar que, cotidianamente, artefatos, em se tratando de bens de natureza material, são constantemente destruídos, à vista de todos, tendo como seus algozes, não as chamas, mas as consequências próprias do decurso do tempo (CAMUFFO, 2014), do vandalismo, entre tantas que poderíamos citar. Estas circunstâncias são ampliadas pela simultânea falta de afeto e de reconhecimento por parte da população em relação a tais artefatos como sendo seus, somadas às ingerências do Poder Público, tornando-se desafios à Educação Patrimonial (FUNARI; FUNARI, 2008).

A partir da leitura de Halwsbach (2006), das proposições de Abreu (2015) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2016), em consonância com os conhecimentos no campo do design emocional (NORMAN; 2008; DEMIR; DESMET; HEKKERT, 2009; TONETTO; COSTA, 2011), é possível

afirmar que a valorização do patrimônio requer, entre outros, o desenvolvimento de uma sensação de pertencimento e territorialidade intrínsecos ao ser humano, como expressão da vontade de se sentir parte de algo maior, o que resulta em um valor pessoal que o conecta com a coletividade na qual se reconhece como participante, norteando suas origens, delimitando o início de sua trajetória de vida, assim como sua finalidade.

Mas nestes dias hodiernos em que se valoriza o efêmero e a instantaneidade de experiências, onde as leituras de mundo e essas experiências devem ser traduzidas em condensados 280 caracteres, em conjunto com políticas que preconizam signos alheios à realidade da maioria da população (DIAS; SOARES, 2008); fragilidade do ensino público em nome de alcance de metas quantitativas em detrimento do ensino significativo (FUNARI; FUNARI, 2008); dificuldades inerentes à produção editorial de temas locais; são alguns dos desafios a serem tensionados quando se pretende desenvolver a prática da Educação Patrimonial em ambientes formais de aprendizado.

A constatação da situação de abandono de parte do conjunto arquitetônico de São Luís tombado pela UNESCO, foi o elemento desencadeador que nos motivou a desenvolver materiais de Educação Patrimonial que fossem capazes de sensibilizar a comunidade ludovicense sobre o valor de seu patrimônio assim como sua responsabilidade na preservação do mesmo. Isso nos levou a considerar como via de contribuição do Design para este fim, os conhecimentos advindos da área de Design Emocional.

Neste campo de conhecimento, as emoções são componentes explícitas de projeto, a fim de que sejam intensificadas (NORMAN, 2008; DEMIR; DESMET; HEKKERT, 2009; TONETTO; COSTA, 2011). É preciso advertir que não se trata de modular emoções; o design emocional enfatiza a relação entre as respostas dos usuários e os artefatos (TONETTO; COSTA, 2011), ou mesmo de sua imagem, apoiado nas dimensões semântica e emocional.

Por esse motivo convidamos integrantes das instituições de ensino, pesquisa e gestão do patrimônio para partilharem conosco, por meio de uma entrevista estruturada, suas experiências como pesquisadores e produtores de conteúdo em Educação Patrimonial na cidade de São Luís, que em dezembro de 1997 se tornou o 9º bem cultural brasileiro a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.

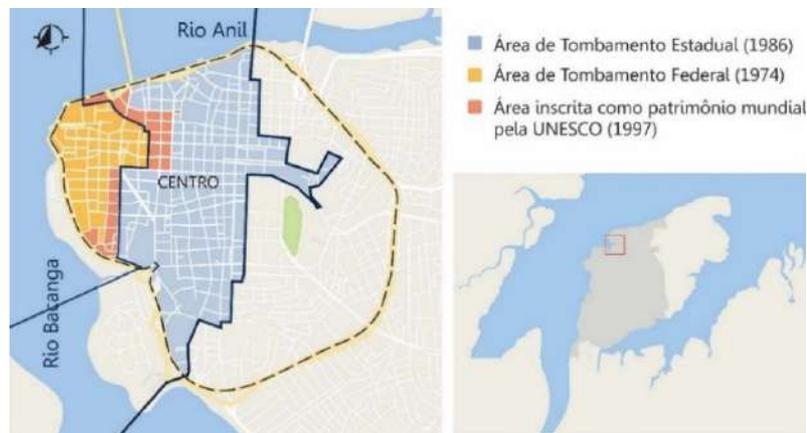
Tendo como objetivo identificar requisitos projetuais para o material didático a ser desenvolvido, o roteiro de perguntas abordou desde a origem do interesse pessoal pelo tema Patrimônio Cultural, até a percepção individual dos participantes sobre a prática da Educação Patrimonial em São Luís. Nessas entrevistas, estivemos atentos especialmente aos aspectos emotivos presentes nas falas e gestos dos entrevistados, que puderam se manifestar em relação a materiais didáticos existentes voltados ao tema, assim como indicar sugestões de materiais, onde fossem ressaltadas as qualidades a serem mantidas e defeitos a serem evitados. Para compreensão dos resultados alcançados, refletimos antes sobre a historiografia de São Luís e sobre os desdobramentos que levaram a esse reconhecimento e como tudo isso se traduz no cotidiano da Educação Patrimonial em ambientes formais de ensino.

O Centro Histórico de São Luís, seu lugar na historiografia e os caminhos até o título de Patrimônio da Humanidade

Parece-nos razoável esclarecer que São Luís nomeia ao mesmo tempo a ilha situada junto à foz do Rio Itapecuru-Mirim, conhecida como *Upaon-Açu*¹, assim como o município de São Luís, capital do Estado, e que é ladeado, nessa região, por outros municípios insulares: Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, formando assim a região metropolitana da Grande São Luís. Dos 1.410,015 km² de área total da ilha, o município de São Luís ocupa 834,785 km² (IBGE, 2010).

Deste total, apenas uma parcela do seu conjunto arquitetônico e paisagístico do Centro Histórico de São Luís, situado na extremidade oeste do promontório formado pela confluência dos Rios Bacanga e Anil, recebeu o título outorgado pela UNESCO (FUMPH, 2009) em dezembro de 1997 sendo, portanto, esta área a que se refere às discussões aqui apresentadas (Figura 1).

Também, parece-nos oportuno mencionar que, embora haja um maior número de pesquisadores que creditem aos franceses a fundação da cidade em 8 de setembro de 1612 – quando da tentativa de estabelecer uma França Equinocial na região, capitaneada por Yves d'Évreux e La Ravadière² – há, por outro lado, autores que contestam essa versão, não negando a presença dos franceses no Maranhão, mas atribuindo aos portugueses a fundação da cidade, tendo em Lacrouix (2008) a maior expoente dessa corrente.



Fonte: Adaptado de Bogéa, Brito e Pestana (2007, p. 14).

FIGURA 1

Mapa do Centro Histórico de São Luís mostrando o Anel Viário e as áreas de tombamento

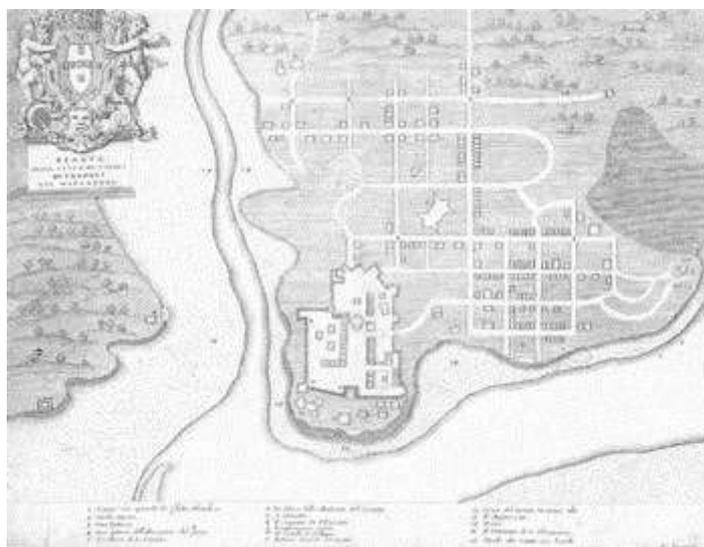
Quanto a isso, Costa (2017) justifica a preferência pelos franceses como fundadores da cidade em detrimento dos portugueses, à necessidade de conceder um valor de excepcionalidade à paisagem de São Luís, o que a distinguiria, assim, das cidades com as quais mantêm verossimilhança (p.ex. as áreas centrais de Olinda/PE, Salvador/BA e outras). Quanto a isso, a opção que fazemos neste texto, é pela fundação francesa da cidade, posto que os caminhos que levaram ao título concedido pela UNESCO, assim como todos os discursos de Educação Patrimonial, adotam esta interpretação.

Desse modo, autores como Martins (2012) mencionam que em 1535 houve a primeira tentativa de ocupação por parte dos portugueses, comandada por João de Barros, a quem pertencia a capitania do Maranhão. Nas informações que esse autor nos traz, a expedição era formada por dez navios, 900 homens e 113 cavalos, mas a ocorrência de naufrágios de algumas naus inviabilizou sua efetivação, situação similar ocorrida em 1554, o que desencorajou por um longo período qualquer outra tentativa de ocupação da região por portugueses.

Segundo a historiografia vigente, foi nesse hiato temporal que os franceses invadiram o território, estabelecendo um forte chamado de *Saint-Louis*, erguido em homenagem a Luís XIII³, rei menino da França. O forte é desocupado em 1615, quando os franceses foram expulsos da região, retornando as terras à Coroa Ibérica

(SILVA, 2005; FUMPH, 2009; IBGE, 2010; MARTINS, 2012; SOUZA; TRICÁRIO, 2016).

O mesmo Martins (2012, p. 28) esclarece que após a expulsão dos invasores, no período da União Ibérica, a colonização efetiva foi realizada por luso-açorianos. Orientado no planejamento das ruas e praças pelo engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, o desenho da cidade ganhou traçados semelhantes às espanholas: quadras regulares e duas praças de onde partiam as ruas (Figura 2).



Fonte: Acervo Casa do Maranhão.

FIGURA 2

Núcleo Fundacional de São Luís, anterior a 1647

Bogéa, Brito e Pestana (2007, p. 16) afirmam que o planejamento do Centro Histórico de São Luís (CHSL) resultou numa textura compacta e regular, em função das quadras de tamanho reduzido (80 x 80 m, diferente do tradicional 100 x 100 m), com casario e outros elementos paisagísticos dispostos em malha urbana ortogonal, orientada segundo os pontos cardeais.

Para Martins (2012) essa organização urbana, somada ao apogeu das relações econômicas do Maranhão com Portugal no período pombalino (final do século XVIII ao início do XIX), permitiram a renovação urbana que estabeleceu a configuração que predomina nos casarios até hoje, muitos dos quais adornados com azulejos portugueses, tornando a cidade (Figura 3) muito similar a Lisboa, Porto e outras cidades portuguesas (Figura 4), tipologia que durante muito tempo

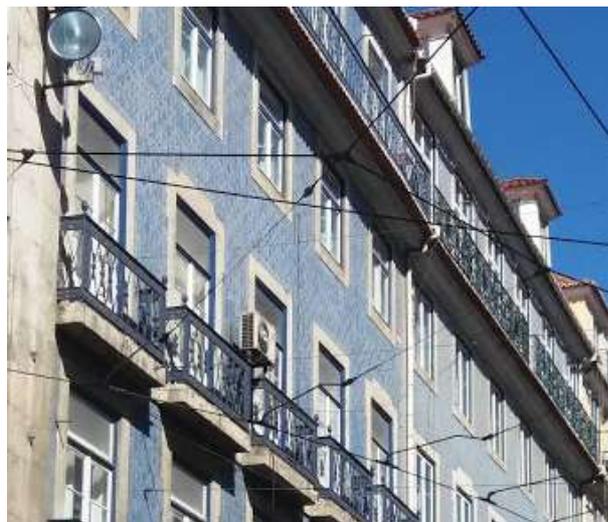
norteou os bens tombados pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (UNESCO).



Fonte: Acervo pessoal dos autores (jan/2017).

FIGURA 3

Edificações da Rua Portugal, São Luís/MA



Fonte: Acervo pessoal dos autores (setembro/2016).

FIGURA 4

Exemplo do casario da cidade de Lisboa, Portugal

Após o declínio econômico do Maranhão em meados do século XIX, um heterodoxo conjunto de fatores econômicos, políticos, filosóficos e sociais trouxeram poucas mudanças à paisagem urbana, o que Martins (2012) considera como fatores, ainda que não propositais, para a estagnação do Centro Histórico, o que, paradoxalmente, contribuiu para a manutenção de suas características arquitetônicas originais.

Os ideais de conservação emergidos com o Movimento Modernista nacional a partir de 1922 resultaram na criação, em 1937, de um órgão federal responsável pela proteção do patrimônio histórico nacional, SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que promoveu em São Luís, a partir de 1974, diversas ações de revitalização, como parte das estratégias estabelecidas no Programa Cidades Históricas, vigente desde o ano anterior (SILVA, 2005).

Em São Luís, tais ações, receberam uma nomeação própria de Projetos Praia Grande (1979-1982) e Reviver⁴ (1987-1990) (SILVA, 2005), numa fase em que a política do IPHAN preconizava os conjuntos arquitetônicos (DELGADO, 2010), a fim de renová-los visualmente para permitir a moradores, frequentadores e, sobretudo, turistas, uma maior fruição diacrônica de sua paisagem, correspondendo às palavras de Choay (2016, p. 25), “reviver no presente um passado engolido pelo tempo”.

Dentro desta perspectiva que orientava os tombamentos à época, e com a paisagem urbana devidamente renovada, instituições como a FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio e o IPHAN, em conjunto com os gestores públicos da esfera estadual e municipal, submeteram junto à UNESCO a candidatura de parte do CHSL como Patrimônio Cultural da Humanidade (IPHAN, 1997). O resultado não foi outro senão uma percepção positiva do ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (1997, p. 9), que ao avaliar a proposta de candidatura, discorreu sobre o Patrimônio de São Luís do seguinte modo:

O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um excelente exemplo de uma cidade colonial portuguesa num tipo comumente associado com o urbanismo colonial espanhol. O padrão integral de ruas e espaços abertos é preservado em sua totalidade. Existe uma elevada proporção de edifícios de alta qualidade individual, que adquirem uma qualidade mais significativa quando tratada como um conjunto urbano. O complexo urbano também está perfeitamente integrado com a sua configuração na junção de dois rios. (Grifo e tradução nossa)

Assim, em 6 de dezembro de 1997, o CHSL passa a fazer parte da Lista dos Patrimônios tombados pela UNESCO. Convém esclarecer que são apenas 60 dos 250 hectares do Centro Histórico (cerca de 24%) que estão sob este tombamento (Figura 1). Bógea, Brito e Pestana (2007, p. 28) tratando sobre o tema, trazem-nos a justificativa que essa área foi capaz de congregiar os diversos passados da cidade:

percebe-se a superposição dos diversos passados: seiscentista – sítio original, das fortificações francesas; do crescimento da cidade portuguesa no século XVII; de todo o esplendor oitocentista como capital do Grão-Pará e da homogênea e aristocrata metrópole comercial do século XIX, todas permanecem expressas no traçado urbano da cidade do Engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita (BÓGEA; BRITO; PESTANA, 2007, p. 28).

Dentro dessa área tombada pela UNESCO, o IPHAN (2010) listou algumas das edificações que considerava como mais significativas na região, sendo elas: o Palácio dos Leões, a Catedral (antiga Igreja dos Jesuítas), o Convento das Mercês, a Casa das Minas, o Teatro Artur Azevedo, a Casa das Tulhas, a Fábrica de Cânhamo e a Igreja do Carmo. Cada uma dessas edificações é contingente de particular história. Sua localização relativamente próxima, faz com que elas estejam sob constantes ações de preservação por parte do IPHAN, além de fazerem parte de um conjunto arquitetônico urbanístico homogêneo (IPHAN, 2010).

Contudo, se analisarmos as edificações presentes na área tombada, não só do ponto de vista de sua arquitetura, como também do significado social que as erigiam, veremos que o tombamento do CHSL exprime, como propõe Dias e Soares (2008, p. 71), o “interesse em manter viva na memória coletiva os feitos dos antepassados pertencentes à elite”, concedendo-lhe caráter universalizante.

Frente a esses acontecimentos, percebe-se que a eleição do CHSL como patrimônio da UNESCO exemplifica os caminhos que construíram a noção de Patrimônio que embora residual, ainda se tem hoje, e que delimita a própria perspectiva sobre a paisagem da cidade para aqueles que estão imersos na Educação Patrimonial preconizando os elementos materiais frente aos imateriais.

Evidentemente isso contrasta com todos os avanços provenientes a partir do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado em dezembro de 2005, na cidade de São Cristóvão – SE e do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, ocorrido em 2009, em Nova Olinda – CE, que deu origem a Carta de Nova Olinda que, entre tantos elementos, estabelece que:

ações de preservação convivem noções de patrimônio, que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam, pois estão associadas a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário (IPHAN, 2009, p. 3).

Com o intuito de contribuir com ações que tornem as edificações do CHSL significativas para a população ludovicense, está sendo desenvolvida tese de doutorado em Design que tem como objetivo produzir material didático relativo a uma das edificações (a Igreja do Desterro), de modo a sensibilizar a população para a importância do patrimônio edificado de São Luís nas duas dimensões tanto material como imaterial.

Com o objetivo de avaliar a percepção de educadores patrimoniais em relação ao seu campo de trabalho e trazer subsídios para o desenvolvimento do material, foi aplicada uma série de entrevistas que permitiram a manifestação desses sujeitos em relação ao seu vínculo com a Educação Patrimonial, cujos principais achados estão descritos a seguir.

Os procedimentos para as entrevistas

Os resultados que aqui apresentamos, têm origem em entrevistas estruturadas, cujo roteiro foi estabelecido a fim de incorporar, anônima⁵ e voluntariamente, dados qualitativos sobre a percepção dos participantes quanto ao Patrimônio Cultural de São Luís.

O roteiro foi delineado a partir de quatro eixos: a) compreensão do envolvimento (emocional) do entrevistado com a temática, de modo geral, e

especificamente sobre São Luís; b) percepção sobre o patrimônio de São Luís; c) percepção sobre a prática da Educação Patrimonial que é desenvolvida na cidade em instituições formais de ensino; d) percepção sobre os materiais educacionais, de modo geral, e os específicos sobre São Luís.

Como as informações coletadas nas entrevistas tinham caráter qualitativo, a amostra foi não probabilística por conveniência. Para os critérios de inclusão, optamos por pesquisadores e gestores que estivessem vinculados à uma instituição situada na área de tombamento da UNESCO, ou que tivessem essa área como alvo de suas pesquisas, além da comprovação de cinco anos de atuação e produção continua na área de Educação Patrimonial.

No quadro 1, apresentamos o perfil quanto a: Profissão, Instituição a qual está vinculado/a, Tempo de pesquisa na área de Educação Patrimonial. É necessário ressaltar, para fins de compreensão do significado de seus depoimentos, que as participantes B, E, P e Q e os participantes C e J não são nem ludovicenses, nem maranhenses, mas ressaltaram a sua identificação com os valores culturais locais, que passaram a considerá-los como seus.

QUADRO 1

Perfil dos participantes das entrevistas

329

Participantes	Profissão	Instituição de Vínculo	Tempo de envolvimento com EP
Entrevistada A	Arquiteta	UFMA	23
Entrevistada B	Arquiteta	IFMA/UEMA	10
Entrevistado C	Prof. Línguas (Francês)	IFMA	20
Entrevistado D	Engenheiro Civil	Estaleiro Escola	39
Entrevistada E	Arquiteta	UEMA	30
Entrevistada F	Historiadora	IFMA	20
Entrevistado G	Geografo	IMESC	32
Entrevistado H	Jornalista/Escritor	Autônomo	10
Entrevistada I	Turismóloga	UFMA	22
Entrevistado J	Historiador/Turismólogo	Academia de Letras Ludovicense	18
Entrevistada K	Arquiteta	Consultora - IPHAN	15
Entrevistado L	Arqueólogo	Museu de Arqueologia do Maranhão	32
Entrevistado M	Arquiteto	IPHAN	15
Entrevistada N	Escritora/Pesquisadora em Cultura Popular	Aposentada/Centro de Cultura Odylo Costa Filho	45
Entrevistada O	Historiadora	UEMA	15
Entrevistada P	Historiadora	UEMA	12
Entrevistado Q	Historiador	Faculdade Pitágoras	5
Entrevistado R	Historiador	Instituto Geográfico e Histórico do Maranhão	18

Fonte: Dados fornecidos pelos entrevistados para a pesquisa.

Para a comodidade dos participantes, as entrevistas foram realizadas respeitando horários e locais estabelecidos pelos mesmos. No entanto, a entrevistada A e os entrevistados Q e R, preferiram que o roteiro de perguntas lhes fosse enviado em formato digital⁶. Para todos os casos, em conjunto com o roteiro das entrevistas, apresentamos o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado em duas vias: a primeira pertencente ao entrevistado; a segunda arquivada no acervo da pesquisa. Para as entrevistas presenciais, solicitamos a autorização para o registro das respostas em áudio.

Com a palavra os educadores patrimoniais

Compreender que os signos do patrimônio se consubstanciam na nossa capacidade de memória, e, por sua vez, as memórias são permeadas pelas relações afetivas que transitam no constante diálogo do indivíduo com o coletivo (RUSSEL; 1980; 2003; FUNARI; PEREGRINE, 2006; HALSBACH, 2006; DAMÁSIO, 2012; CHOAY, 2016; IPHAN, 2016), nos levou a estabelecer como ponto de contato inicial o seguinte questionamento: *Como se deu o seu envolvimento pessoal com o estudo do Patrimônio Cultural? E como descreve o seu envolvimento com o Patrimônio Cultural de São Luís?*

De maneira geral, os depoimentos obtidos a partir deste questionamento permitiram-nos confirmar que a Educação Patrimonial só se estabelece como significativa e palpável (DIAS; SOARES, 2008), se o indivíduo estabelecer uma conexão afetiva com o artefato mnemônico, ou seja, com um bem cultural determinado, quando este estiver perenemente entretido no seu cotidiano, sobretudo se o artefato possuir um caráter utilitário para o indivíduo, para além do seu significado original (ABREU, 2015).

Meu envolvimento com o patrimônio de São Luís é *amor antigo*, pois além de ser maranhense e *apaixonada* pelo Centro Histórico de São Luís, trabalhei por mais de 20 anos no Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão. Assim, fui vivenciando uma série de questões sobre o tema e que me *levaram ao mestrado, a publicação do livro e a continuar refletindo sobre o tema*⁷. (Entrevistada A, grifos nossos) (...)

O meu mestrado foi em Turismo e Hotelaria, e no mestrado por ter tido orientação de um urbanista e arquiteto, *Professor X*⁸, ele me levou para o turismo cultural, e foi aí, dentro do Turismo Cultural, que eu estudei o Patrimônio Cultural, e aí me apaixonei, porque além

de ter essa... esse caminho que me levou ao patrimônio cultural, eu tenho uma sensibilidade desde sempre (...) E eu descrevo o meu envolvimento com Patrimônio Cultural de São Luís como a principal razão que me trouxe aqui 'pra' morar, e escolher esta cidade onde eu quero viver até o resto da minha vida, porque eu passei férias em São Luís, em 1999, e quando eu me deparei com o Centro Histórico, eu vi uma Olinda⁹ melhorada, melhorada no sentido de mais autêntica... (Entrevistado C, grifos nossos)

Nesses discursos enxergamos como requisitos condicionais, para que o envolvimento tenha como resultado a identificação individual, e, por consequência, a apreensão do artefato patrimonial como seu, que o artefato tenha a capacidade de promover um envolvimento emocional que seja capaz de rivalizar com o transcurso do tempo.

Quanto a percepção individual dos entrevistados *de quais caminhos devem ser percorridos para gerar o interesse de outros pelo tema Patrimônio Cultural*, percebemos imbricados em cada discurso, ideias que perpassavam tanto pelo seu valor histórico como pelo caráter excepcional da cidade de São Luís, termo presente no já citado parecer do ICOMOS (1997) e que fora tomado como fundamento dos discursos e ações dos órgãos de preservação do patrimônio em São Luís (COSTA, 2017), tornando-o uma espécie de adágio popular, que demonstram que as práticas em muitos sentidos ainda estão centradas na materialidade dos artefatos, como mostram as seguintes falas:

é ela [a pessoa]¹⁰ conhecer esse patrimônio, conhecer tanto do ponto de *vista pessoal* como do ponto de *vista intelectual*. (Entrevistada C, grifos nossos).

(...) o que motiva as pessoas a se voltarem para o patrimônio de São Luís, é o *inédito dele*, inicialmente o paisagístico e quando a pessoa percebe a importância dos africanos nesse paisagístico, como tudo isso foi construído, você se emociona (Entrevistado G, grifos nossos).

Eu acho que *vem da História mesmo*, da História de como a cidade surgiu e tudo (...) (Entrevistada L, grifos nossos).

Eu creio que a própria *questão peculiar* do patrimônio de São Luís. São Luís *é uma cidade muito especial*, não foi à toa que ela teve seu reconhecimento pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade. Ela tem *uma formação histórica e urbana muito peculiar*, é uma cidade que se implanta dentro de uma área de fortaleza. (Entrevistado M, grifos nossos)

Quanto à percepção sobre a *existência e a identificação de dificuldades com a EP*, alguns entrevistados fizeram questão de ressaltar que não há uma política para EP, mas ações pontuais, iniciativas de entidades como o IPHAN, ou mesmo

individuais de quem se identifica com o tema, resultado similar aos apontamentos de Costa (2011). Entre as falas onde isso foi manifesto temos:

O que se faz em São Luís na maioria das vezes são ações *educativas isoladas e não educação patrimonial*. (...) Por despreparo, desconhecimento e ou desinteresse. (Entrevistada A, grifos nossos)

Talvez seja mais voltada para às *ações de conservação* do que para a *educação patrimonial*... (Entrevistada B, grifos nosso)

O IPHAN desenvolve algumas ações de educação patrimonial, a própria Universidade através de alguns projetos, *mas que são ainda muito internos*. (Entrevistada E)

No Maranhão, a educação patrimonial *nas políticas públicas*, tanto estaduais quanto municipais *é quase nula!* (...) O que vemos é apenas o poder público investir em áreas notadamente turísticas. (Entrevistado R, grifos nossos)

Ainda, a maior parte dos relatos que nos foram feitos correlacionara as dificuldades: à falência do Estado na consolidação de uma política pública consistente; à má articulação com as instituições de ensino formal e informal; à prevalência do tombamento a signos notadamente mais ligados às elites que as camadas populares, à falta de unicidade no discurso e na própria definição do que é Educação Patrimonial, assim como a própria realidade da educação no país, sobretudo, a pública.

As instituições de preservação do patrimônio nas esferas *federal, estadual e municipal* querem ensinar as pessoas *sobre o que é importante preservar*, sem a preocupação em saber o que elas [habitantes de São Luís] realmente consideram importante. *Querem impor e ditar regras e normas, sem trabalhar a reflexão sobre o tema, o diálogo, sem suscitar o sentimento de pertença que existe nas pessoas* (Entrevistada A, grifos nossos)

Eu acho que *faltam iniciativas* e, sobretudo, eu acredito, que na minha percepção, *no discurso*. *Não há um discurso único sobre a educação patrimonial*, há um discurso não homogêneo, um discurso que é totalmente heterogêneo. Cada um tem uma visão do que é educação patrimonial, acho que cada área ver isso de uma forma distinta. (Entrevistado C, grifos nossos)

Pessimamente! Há *falta de interesse* do poder público, falta de interesse dos professores públicos! (Entrevistada N, grifos nossos)

Tal cenário demonstra que passados quase 10 anos desde a realização do Quando convidados a *avaliar os materiais educacionais existentes, voltados ao tema Patrimônio Cultural, tanto de modo geral como específicos sobre o de São Luís*, com raras exceções, os participantes listaram apenas materiais bibliográficos impressos, demonstrando a relação quase imediata que se tem com esse tipo de mídia quando

se fala em uso educativo. Houve, ainda, uma tendência nas falas dos entrevistados de classificar tais materiais, por meio de expressões como ‘incipientes’, ‘inexistentes’, ‘fracas’, ‘muito poucas’:

Os materiais que são feitos *são muito pequenos e incipientes*, a gente tem muito pouca cartilha de material, eu tenho conhecimento de alguns livros interessantes (...) ¹¹, mas daqui de São Luís eu conheço *pouco material!* (Entrevistada E, grifos nossos)

O material educacional voltado para esse tema, *praticamente, inexistente*. O material que se tem mais contato, foi o material que foi produzido pelo IPHAN (...) (Entrevistada F, grifos nossos)

Não existem muitos materiais didáticos produzidos nessa área, sobre como que era esse patrimônio, como que era a cidade de São Luís, como que esses prédios de hoje são os prédios antigos, *existe a necessidade de mais material sobre isso* (Entrevistada Q, grifos nossos)

Em nossa percepção, tal situação aponta para o cenário pouco fértil do mercado editorial maranhense, como menciona o Entrevistado H:

A gente *não tem o mercado* do livro aqui em São Luís, a gente não tem editora. Livros desse tipo que são um conteúdo muito regional, *you não encontra quem publique lá fora*. Tem que publicar com teu recurso, então, *é praticamente, assim, uma coisa quixotesca* (grifos nossos).

Indicativo desta situação é a constatação de que projetos de incentivo à produção de obras locais são bem recentes, como é o caso da FELIS – Feira do Livro de São Luís, evento promovido pela Prefeitura da cidade, por meio das SECULT – Secretarias de Cultura e da SEMED – Secretaria Municipal de Educação, que teve em 2018 sua 12^a edição (SÃO LUÍS, 2018). Anteriormente, em 2012, foi fundada a AMEI – Associação Maranhense de Escritores Independentes, que tem entre seus objetivos auxiliar autores que desejam publicar suas obras e para maior suporte à divulgação e distribuição, em 2017 a AMEI abriu sua própria livraria dedicada apenas a autores maranhenses (AMEI, 2017).

Por vezes, a ausência de meios para a produção/divulgação de obras dedicadas à Educação Patrimonial, conduz e segmenta os pesquisadores e entusiastas do tema ao caminho que, via de regra, é direcionado a um público muito específico: pesquisadores falando a pesquisadores, gestores à gestores. Esta situação torna os discursos, independente da mídia que utilizem, muito

acadêmicos, muito tecnicistas para o entendimento e apreciação por uma parcela maior da população, como apontam as seguintes falas:

Eu acho que a produção *acadêmica é basicamente atrativa ‘pra’ o acadêmico*; todo mundo sabe disso! Não ‘tô’ querendo falar mal... É um nicho que você tem regras que você precisa trabalhar ‘ali’¹² (...) (Entrevistado M, grifos nossos)

Temos ótimas publicações sobre o patrimônio cultural, produzidos no Maranhão. O problema é que quase todas *não estão disponíveis para as classes menos favorecidas*, algumas possuem preços elevados, outras com *uma linguagem muito acadêmica* (neste caso, devo incluir a minha produção, mas já planejo uma outra; voltada para o público jovem). E outros produzidos, não para o maranhense, mas para o turista. (Entrevistado R, grifos nossos)

Se por um lado os entrevistados ligados às instituições de ensino e pesquisa mencionaram a divulgação como uma das dificuldades para o processo de Educação Patrimonial, na fala do representante da instituição de preservação no Estado, fica evidente que a ausência de profissionais que trabalhem orientados às ações de educação é um problema:

Falta dentro do quadro alguém que trabalhe dentro da questão da educação patrimonial, o pedagogo, que desenvolva um trabalho assim. A gente sabe que é um trabalho multidisciplinar, mas a *gente precisa da pessoa que tenha essa visão metodológica*, para chegarmos até aquele público. (Entrevistado M, grifos nossos)

A fim de gerarmos requisitos projetuais, ou seja, atributos que pretendemos alcançar no material que desenvolvemos nesta pesquisa, questionamos *quais seriam as características que estes precisariam e quais não deveriam possuir*. Entre as respostas que obtivemos, temos:

Um material que *dialogue com o seu público* alvo e que abarca o patrimônio na sua forma *mais abrangente*, considerando sempre o patrimônio material e imaterial. Não dever se distanciar do público para quem se diz alvo, *deveria utilizar de linguagem compatível com tal público*. (Entrevistada A, grifos nossos)

(...) *linguagem que se possa atender*, do ensino básico, ao fundamental e médio. Que ela [a linguagem] possa atender essa turma. (Entrevistada O, grifos nossos)

Eu creio que *o maior problema talvez seja a linguagem*, como é um conhecimento que exige um linguajar técnico, quando se trata da questão de patrimônio, de arquitetos e de historiadores, eu creio que *há um distanciamento muito grande* da compreensão, do senso comum, da própria população que vive aqui. (Entrevistado L, grifos nossos)

No quadro 2, apresentamos a lista resultante das recomendações que obtivemos dos entrevistados quanto a *algum material didático sobre o Patrimônio Cultural de São Luís e que elementos motivariam tal recomendação*. Dentre os entrevistados, apenas dois não têm obras publicadas. Chamou-nos a atenção que entre os que já publicaram algum trabalho em Educação Patrimonial, apenas 5 referenciaram suas próprias obras.

QUADRO 2

Instrumentos de Educação Patrimonial informados nas entrevistas e a justificativa de sua recomendação

Participante	Material Recomendado	Tipo de Mídia	Justificativa
Entrevistada A	Leite Filho (1995); Silva, Barros e Costa, (2007); Leite Filho, Gaspar (2008)	Impressa	Por serem cartilhas criadas destinadas a EP
Entrevistada B ¹³	Silva, Barros e Costa, (2007)	Impressa	Único material voltado a EP que conhecia.
Entrevistado C ¹⁴	Serra (1965); Zago Filho (2018)	Impressa	Pela forma como relaciona os lugares e as emoções; por apresentar a toponímia da cidade.
Entrevistado D ¹⁵	Marques (2017)	Impressa	Coleção de livros infantis com linguagem acessível e muito bem ilustrados.
Entrevistada E	Lopes (2008); Andrès (2012)	Impressa	Possuírem excelentes fotos, mapas temáticos, mapas urbanos e arquitetônicos.
Entrevistada F	Silva, Barros e Costa, (2007)	Impressa	É voltado a Educação Patrimonial
Entrevistado G	Lopes (2008)	Impressa	Tem uma riqueza de informações visuais e históricas.
Entrevistado H	Lopes (2008); Meirelles Junior (2008; 2012)	Impressa	Pelo conteúdo e a riqueza de imagens.
Entrevistada I	Lopes (2008)	Impressa	As fotografias ressaltam a beleza das edificações.
Entrevistado J	Figueiredo (2004; 2005; 2006) Lima (2004; 2012; 2018); Silva Filho (2010); Mapas cartográficos e históricos ¹⁶ .	Impressa	Por apresentarem ricas informações sobre o que é a 'cara' de São Luís, os azulejos.
Entrevistada K	-	-	Não lembrava os títulos, nem os autores.
Entrevistado L ¹⁷	Leite Filho (1995); Silva, Barros e Costa, (2007); Leite Filho, Gaspar (2008), Fotografias e Projeções visuais	Impressa; Visual e Digital	Integrando esses elementos mais visuais a paisagem urbana atual, as pessoas poderiam realizar as comparações pertinentes.
Entrevistado M	Silva Filho (1986); Lopes (2008); Andrès (2012)	Impressa	É um livro muito acessível para quem não é da área.
Entrevistada N	Figueiredo (2004; 2005; 2006) Lima (2004; 2012; 2018);	Impressa	Pelas informações que trazem sobre os azulejos.
Entrevistada O	Documentários sobre o patrimônio imaterial de São Luís	Visual	Acredita que o patrimônio imaterial de São Luís é muito mais rico que o material

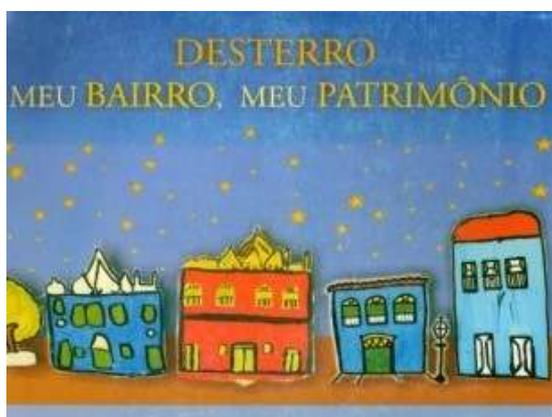
Entrevistada P	Lopes (2008)	Impressa	A qualidade visual e a linguagem utilizada.
Entrevistado Q	Vieira Filho (1971); Andrès (1998); Lima (2002) Lopes (2008) Viveiros Filho (2012); Costa (2015); Marques (2017)*.	Impressa	Pelo caráter acadêmico das obras; *Por ser uma obra destinada ao público infantil.
Entrevistado R	Oliveira (2010; 2015; 2018)	Impressa	Considera obras adequadas.

Fonte: Dados fornecidos pelos entrevistados para a pesquisa.

Outro destaque que merece menção é que boa parte dos entrevistados citou apenas materiais impressos (livros e cartilhas), o que pode ser interpretado como uma espécie de paradigma deste tipo de mídia como via única, ou, pelo menos, entendida como óbvia ou natural, lógica expressa no trabalho de Ferreira (2013). O que pode justificar esse resultado foi a contínua estratégia de investimento privilegiando esse tipo de mídia como meio didático, que remonta à década de 1960, panorama descrito no trabalho de Duarte (2013).

Entre as obras mais recomendadas ficaram a cartilha *Desterro: meu bairro, meu patrimônio*, de autoria de Silva, Barros e Costa (2007), mencionada em 5 oportunidades como uma obra concebida com vista à Educação Patrimonial, pois foi resultado da parceria entre o grupo de pesquisa da UFMA – Universidade Federal do Maranhão e a Superintendência Regional do IPHAN em São Luís.

Esta cartilha foi destinada ao público infantil (Figura 5 e 6), moradores da região do Centro Histórico de São Luís. A publicação tem linguagem simples, é ilustrada em conjunto com o conteúdo patrimonial e apresenta exercícios de interatividade que permitiam as crianças falarem sobre suas vivências, desenharem/representarem os símbolos que mais apreciam (COSTA, 2011).



Fonte: Acervo pessoal de uma das autoras. Material cedido durante a entrevista.

FIGURA 5

Capa da cartilha *Desterro: meu bairro, meu patrimônio*

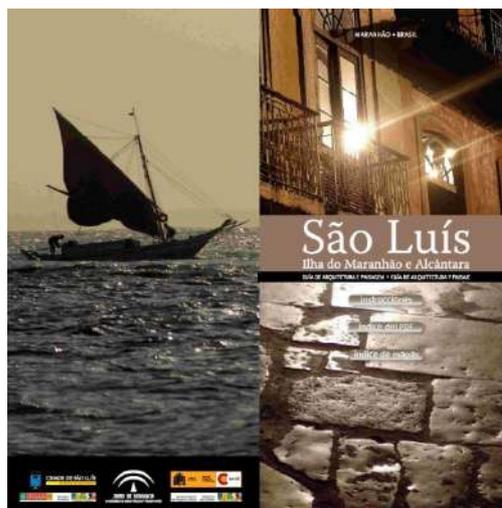


Fonte: Acervo pessoal de uma das autoras.

FIGURA 6

Páginas da cartilha *Desterro: meu bairro, meu patrimônio*

Ainda, com 6 menções tivemos a obra coordenada por Lopes (2008): *São Luís Ilha de Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem* (Figuras 7 e 8). Embora seja um guia turístico bilingue sobre a cidade, fruto da parceria entre os governos brasileiro e espanhol, pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e da Junta de Andaluzia, como característico a este tipo de publicação, tem diversas fotografias coloridas com excelente resolução e muitos mapas temáticos, muitos de nossos participantes compreenderam-no como um bom instrumento de Educação Patrimonial.



Fonte: Acervo pessoal de uma dos autores.

FIGURA 7

**Capa de
*São Luís Ilha de Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem***



Fonte: Acervo pessoal de um dos autores.

FIGURA 8
Layout interno de
São Luís Ilha de Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem

Ao perguntamos se *haveria e quais seriam as melhorias e/ou mudanças a serem feitas nos atuais materiais didáticos*, todos os respondentes ponderaram que há necessidade de mudanças, especialmente, na linguagem, tornando-a mais acessível, menos acadêmica e tecnicista. Ainda, destacaram a necessidade de trabalhar em conjunto com a materialidade, os valores imateriais e intangíveis que as edificações possuem. Quanto aos aspectos formativos, intrínsecos ao design gráfico, listaram a necessidade de que os materiais sejam ricamente ilustrados, coloridos, possuam infográficos e com suportes a hipermídias.

Serem mais ilustrados, coisas voltadas para a conservação, não só por meio público, mas teria que ser uma ligação entre a população civil, órgãos privados e os órgãos governamentais, porque se não houver isso, esse patrimônio, de certa forma, irá sumir (Entrevistada B, grifos nossos).

Eu queria algo como o Museu da Língua Portuguesa... Algo extremamente interativo, onde eles fizeram... Eles usaram muito dos recursos da informática, não é? Onde você tinha telas, onde você podia tocar, onde você sentia aromas, onde você ouvia, onde você tinha... você tinha que ter um letramento para os recursos audiovisuais, 'pro' verbo-visual, 'pra' multimodalidade, então, eu acredito que os materiais educacionais, 'pra' o tema patrimônio

cultural, deveriam seguir um pouco essa linha, sobretudo, o patrimônio cultural de São Luís, porque São Luís, particularmente, é uma cidade que encanta. (Entrevistado C, grifos nossos)

Faltam mais pesquisas *falando sobre o papel do negro* dentro da história desses casarões, temos uma população de maioria negra que *não sabe como se ligar* a esses casarões. (Entrevistado G, grifos nossos)

Faltam *pesquisas históricas, faltam levantamento de dados, faltam informações como era essa vida*. E você não precisa de grandes investimentos, basta você pegar uma pequena citação do Aluizio Azevedo, por exemplo, no *Mulato*, que você vai ter toda a dinâmica que era a Praia Grande no século XIX. Por que não jogar uns letreiros? Por que não projetar em algum lugar? Por que não buscar novas linguagens modernas que recriassem, um pouco, dessa vivência. (Entrevistado L, grifos nossos).

Com relação a *um item do Patrimônio Histórico de São Luís como seu preferido e a justificativa*, resumimos os resultados no quadro 3. Nele, podemos observar que a tendência à apreciação pelo conjunto arquitetônico do CHSL, ao invés de uma edificação específica. Isso pode ser entendido como reflexo da ação dos agentes do patrimônio que nortearam ideias, práticas, artefatos, e a própria prática profissional (ABREU, 2015) sob a perspectiva da valorização dos conjuntos arquitetônicos, como explica Delgado (2010).

Outro reflexo das ações que nortearam os conceitos de Educação Patrimonial vigente em São Luís ligados ao parecer do ICOMOS, está na escolha, por parte dos entrevistados, de edificações que estão justamente na área tombada pela UNESCO.

QUADRO 3

Item do patrimônio histórico de São Luís como seu preferido e a justificativa

Participante	Item citado	Área de tombo ¹⁸	Justificativa
Entrevistada A	Todo o conjunto arquitetônico	UNESCO e Estadual	A beleza de São Luís está no seu conjunto
Entrevistada B	Igreja de Santana; Praça Pedro II	Estadual; UNESCO	A igreja pela localização; a praça pelo conjunto que representa, o poder religioso, o poder administrativo, o poder judiciário, tudo no mesmo espaço
Entrevistado C	Biblioteca Benedito Leite	Estadual	
Entrevistado D	Todo o conjunto arquitetônico	UNESCO e Estadual	Porque é o conjunto que é valioso, o valor de São Luís é o valor de conjunto.
Entrevistada E	Todo o conjunto arquitetônico	UNESCO e Estadual	Eu entendo que o Centro Histórico tem diferentes temporalidades e todas as temporalidades são importantes.
Entrevistada F	Igreja do Desterro	UNESCO	Porque está ligada à minha própria história como moradora do Centro Histórico

Entrevistado G			
Entrevistado H	Os conjuntos de prédios da Rua Portugal, Rua do Giz e o prédio do Arquivo Público	UNESCO	O conjunto é muito legal
Entrevistada I	Edifício Cidade dos Azulejos	UNESCO	Você consegue ver a cidade como um todo, o prédio é uma demarcação da paisagem bem interessante
Entrevistado J	Palácio dos Leões	UNESCO	Pelo seu valor histórico e representatividade
Entrevistada K	O conjunto da Praça Dom Pedro II	UNESCO	Seu valor histórico, é o marco inicial de toda cidade
Entrevistado L	O conjunto arquitetônico inteiro	UNESCO e Estadual	Pela beleza, pela questão estética que realmente eu gosto!
Entrevistado M	Prédio sede do antigo Jornal Imparcial; Prédio sede da Antiga VARIG	UNESCO	Pela estrutura construtiva
Entrevistada N	Sobrado nº 182, da Rua 14 de Julho; Sede da Caixa Econômica Federal;	UNESCO	Onde residia na infância; Porque o projeto original era funcionar um museu
Entrevistada O	O conjunto inteiro	UNESCO e Estadual	Mostram os diferentes períodos da cidade
Entrevistada P	Fonte do Ribeirão; O conjunto da Rua Portugal	UNESCO	Por sua semelhança com Portugal, remetendo as origens
Entrevistado Q	O casarão que pertenceu a família do romancista Graça Aranha	UNESCO	A localização, a arquitetura, a vista do mirante, os aposentos, a parte térrea (onde funcionou o jornal “O Paiz”). Tudo ali transcende a materialidade, tudo tem uma dimensão dialógica do passado com o presente.
Entrevistado R	Palácio da Luzes	UNESCO	Por sua beleza arquitetônica e foi residência de Ana Jansen ¹⁹ .

Fonte: Dados fornecidos pelos entrevistados para a pesquisa.

Considerações finais

Ao realizarmos as entrevistas com nossos participantes, esteve sob nossa atenção não apenas o que era dito, mas o modo como os relatos aconteciam, as expressões e gestos que revelavam as emoções presentes, fossem positivas ou negativas, o que comprovou nossa premissa: as emoções devem ser parte significativa no projeto de qualquer material didático a ser desenvolvido para a Educação Patrimonial, independentemente de sua configuração formal.

Cada palavra que testemunhamos era constantemente acompanhada de sorrisos e expressões de contentamento e alegria com as memórias correlacionadas aos eventos positivos que cada participante dividia conosco sobre suas experiências com o patrimônio, relatando sua identificação com o patrimônio edificado e como isso acontecera.

Por outro lado, ao falar dos problemas e das dificuldades, os semblantes mudavam, tornavam mais fechados e soturnos, muitos franziam o cenho, elevavam o tom de suas vozes, tudo isso de modo autônomo, o que, em nossa avaliação, produziu muito mais que simples dados para pesquisa, mas o compartilhamento de experiências de vida.

É preciso ressaltar que os preceitos que nortearam as ações iniciais das instituições de preservação do patrimônio, ainda na década de 1970, reverberam até hoje na concepção do que se constitui o patrimônio de São Luís, em muitos dos casos, centrados na materialidade das edificações. O que de certo modo é compreensível, posto que o que fora tombado foi um conjunto de edificações. Contudo, em nossa análise, uma ênfase também nos aspectos imateriais estabeleceria um vínculo emocional mais duradouro e significativo.

Embora tenhamos usados perguntas abertas, justamente para evitar qualquer direcionamento a componentes materiais, foram escassas as falas que abordassem com mesma intensidade o patrimônio imaterial, principalmente das manifestações populares, como é o caso do bumba-meu-boi e cacuriá. Estas e outras manifestações tão características do Maranhão, e que têm no Centro Histórico de São Luís um importante cenário, sobretudo no período junino, já foram tombadas como patrimônio imaterial, constituindo-se em expressões populares que têm grande papel na relação afetiva com o patrimônio cultural.

Nossos resultados permitem afirmar que além da experiência emocional vinculadora, faz-se necessário que os artefatos de memória desempenhem perenemente no cotidiano do indivíduo um caráter utilitário ao seu olhar. Com isso, somos levados a crer que os requisitos projetuais de materiais didáticos mais eficazes, além de considerar os aspectos técnico/formais, como uma família tipográfica com boa legibilidade, ilustrações coloridas, mapas informativos e temáticos, além de linguagem acessível, precisam ser fundamentados pelas vivências que tornaram aquele artefato mnemônico relativo a um patrimônio histórico coletivo em algo que deve ser apreendido igualmente como um patrimônio pessoal.

Ainda, parece-nos haver relação entre o que sinalizam Dias e Soares (2008), em conjunto com o testemunho de um dos nossos entrevistados (Entrevistado L), quanto à preferência das instituições de proteção do patrimônio pelas edificações ou artefatos que representam mais a elite em detrimento das mais populares, o que dificulta a identificação destes por uma parcela maior da população.

Por outro lado, as políticas públicas que privilegiaram tornar o CHSL um “cenário” que servisse muito mais aos turistas, como local de passagem e contemplação, do que um cenário propício para a vivência dos que ali residem e/ou trabalham, justifica a falta de identificação e apropriação dos ludovicenses com o patrimônio que é seu, percepção muito similar às proposições de G. Grammont (Reflexões à beira de uma cratera. *Estado de Minas*, 10 jan. 1998. Pensar, p. 3-4. Apud. FUNARI; FUNARI, 2008), Dias e Soares (2008).

Ainda, como enfatizou o entrevistado M, foi equivocada a política de apenas preservar as edificações, sem considerar um uso, sobretudo, residencial sustentável, pois é a presença das pessoas que ‘dá vida’ aos espaços. Em muitos casos, os residentes invadiram os casarões que ocupam, e em seu estado de empobrecimento, acabam por não terem condições de manter a edificação, bem como acabam por realizar saques para vender as portas, janelas e azulejos neles presentes.

Acerca dos materiais didáticos citados como referência pelos participantes, em sua maioria, constituíam-se publicações de caráter acadêmico ou informações turísticas. Os únicos exemplares concebidos com vistas à Educação Patrimonial foram às cartilhas educativas, existentes em menor número e apontadas por um número reduzido dos participantes, o que corrobora ao trabalho de Costa (2011). Enxergamos nesta situação um indicativo que aponta uma cruzada em que aqueles que logram êxito em suplantar as dificuldades próprias do mercado editorial para autores locais, enfrentarão outro antagonista ainda mais difícil e resistente: a distribuição até o público alvo. Esta distribuição, via de regra, sustenta-se graças às relações sociais e circuitos acadêmicos a que os autores tenham acesso, fazendo com que estes instrumentos acabem por não chegar ao conhecimento de quem era inicialmente seu público alvo.

No Maranhão, e certamente em outros estados brasileiros, o cenário para a publicação de autores e temas locais ainda é pouco favorável, sendo que esta adversidade não se dá apenas no âmbito da Educação Patrimonial. Nesse sentido, a publicação de materiais didáticos voltados à Educação Patrimonial que almejem sucesso, deve ser fruto de pesquisas que levem em conta não apenas aspectos técnicos e históricos corretos, mas que contemplem também aspectos emocionais e afetivos, como os apontados nesta pesquisa.

Ouvir antecipadamente os anseios de leitores e usuários de materiais a serem produzidos se mostra como importante recurso para implementar a

afetividade em relação aos bens patrimoniados, podendo conduzir a resultados mais efetivos. Estes materiais podem enfatizar o valor das edificações, não apenas enfocando seus materiais ou técnicas construtivas, mas na relação afetiva estabelecida, nas histórias de vida ocorridas em seus interiores e como são capazes de nos ensinar valores que transcendem o tempo.

Finalmente, dado o escopo deste trabalho, não foram contemplados espaços de ensino informal, tanto de origens institucionais ou comunitários, segmentos que também têm relevante papel na construção do processo de educação patrimonial, conforme preconiza a Carta de Nova Olinda (IPHAN, 2009). Dado os múltiplos processos e métodos passíveis de utilização, em muitos casos assistemáticos, estes espaços farão parte de estudos posteriores.

NOTAS

1. Nome dado pelos índios tupis, habitantes iniciais da região, que significa Ilha Grande.
2. Esta é a corrente mais aceita na historiografia do Maranhão.
3. Para Silva (2005) o nome da cidade em homenagem ao monarca francês, justifica-se em função do casamento de Luís XIII com a filha do rei da Espanha, o que aproximou as monarquias, de tal forma que o nome foi mantido.
4. Entre as ações de revitalização privilegiaram a infraestrutura, como renovação da rede de água, esgoto e drenagem; construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefone; recuperação de áreas às suas dimensões originais a partir de documentação histórica; recuperação de edificações de valor histórico e diminuição ou restrição do tráfego de veículos.
5. Requisito estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade onde se realiza o estudo.
6. Para estes casos foi gerada uma versão do roteiro no *Google Forms*.
7. Em sua pesquisa de mestrado, a entrevistada avaliou as cartilhas produzidas pelas entidades de preservação do patrimônio direcionadas a Educação Patrimonial.
8. Achamos conveniente substituir o nome citado, tanto por garantia do anonimato do entrevistado, como da pessoa mencionada.
9. O entrevistado é natural de Pernambuco.
10. Inserimos na fala para compreensão a que se refere a resposta da entrevistada.
11. Neste momento, a entrevistada passou a citar títulos de livros referentes ao tema, mas que abordavam o patrimônio de outras cidades, estados, países e sobre arquitetura de modo geral.
12. O entrevistado gesticulava com as mãos, demonstrando um sentido de direção!
13. Embora tenha mencionado o uso de filmes, não especificou quais seriam esses filmes.
14. Recomendou ainda qualquer livro da literatura maranhense.
15. Mencionou um jogo de cartas sobre autores maranhenses, mas não conseguiu lembrar o título.
16. Segundo o entrevistado é necessário a presença de mapas no processo de EP.

17. O entrevistado contou-nos de um projeto de iniciativa pessoal onde pretendia instalar pela área tombada murais fotográficos, nestes seria possível confrontar ‘passado’ e ‘presente’, mas não conseguiu o financiamento necessário.
18. A área de tombamento estadual engloba tanto a federal quanto a da UNESCO. No entanto, fizemos distinção se o bem citado estava fora da área tombada pela UNESCO.
19. Personalidade histórica do Maranhão que foi uma rica proprietária de terras e imóveis, a quem se atribuem muitas crueldades com seus escravos que originaram a “Lenda da carruagem de Ana Jansen”.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. *Memória e novos patrimônios*: Marseille: Open Edition Press, 2015, p. 67-93. Disponível em: <<https://books.openedition.org/oep/868>>.

ANDRÈS, L. P. *São Luís: reabilitação do centro histórico – Patrimônio da Humanidade*. São Luís: E. Rocha, 2012.

_____. (Coord.). *Centro histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audiochromo, 1998.

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE ESCRITORES INDEPENDENTES - AMEI. *Quem somos*. AMEI, 2017. Disponível em: <<https://www.ameimais.org/quemsomos>>.

BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama. *Centro histórico de São Luís: patrimônio mundial*. São Luís: IPHAN, 2007.

CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições70, 2016.

COSTA, A. K. F. *Preservação do patrimônio cultural e instrumentos para a promoção de ações educativas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 112.

COSTA, F. M. D. *Moradas e memórias: o valor patrimonial das residências da São Luís Antiga através da literatura*. São Luís: EdUFMA, 2015.

COSTA, V. D. F. D. C. E. *A invenção do centro histórico de São Luís/MA: sentidos de um lugar de memória*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p. 113.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DELGADO, A. F. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, E. A. et al. *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Editora da UFG, 2010, p. 97-115.

DEMIR, E.; DESMET, P. M. A.; HEKKERT, P. Appraisal Patterns of Emotions in Human-Product Interaction. *International Journal of Design*, v. 3, n. 2, p.41-51, 31 aug. 2009. Disponível em: <<http://www.ijdesign.org/ojs/index.php/IJDesign/article/viewFile/587/248>>.

- DESMET, Pieter. *Designing emotions*. Delft, 2002. Thesis. Delft University Of Technology. Disponível em: <<http://studiolab.ide.tudelft.nl/studiolab/desmet/files/2011/09/thesis-designingemotions.pdf>>.
- DESMET, P. M. A.; HEKKERT, P. Framework of Product Experience. *International Journal of Design*, v. 1, n. 1, p.13-23, 30 march 2007. Disponível em: <<http://www.ijdesign.org/ojs/index.php/IJDesign/article/viewFile/66/7>>.
- DIAS, G.; SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (Coord.). *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2008, p. 65-77.
- ENTREVISTAS ANÔNIMAS. Seu envolvimento e sua percepção sobre o patrimônio cultural de São Luís. São Luís – MA, 3 a 28 de setembro de 2018.
- FERREIRA, D. da S. Livro didático e patrimônio histórico: possibilidades de análise nos livros didáticos regionais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...*. Natal: ANPUH, 2013. 12 p.
- FIGUEIREDO, M. G. D. *Catálogo dos azulejos de São Luís*. São Luís: Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), 2004.
- _____. *Catálogo dos azulejos da Ilha de São Luís*. São Luís: Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), 2005.
- _____. *Catálogo dos azulejos das cidades históricas do Maranhão*. São Luís: Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- FORTUNA, C. Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 97, v. 1 p. 23-40, 2012. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/4898>>.
- FREIRE; P. *Educação popular*. São Paulo: Todos os Irmãos, 1984.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; FUNARI, R. D. S. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES; RAMOS, A. L.; KLAMT, S. C. (Coord.). *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2008, p. 11-21.
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO – FUMPH (SÃO LUÍS). *Caminhos da memória*. São Luís: Unigraf, 2009.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Cenaturo, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/sao-luis/historico>>.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Proposta de inclusão do centro histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO*. IPHAN. São Luís, p. 48, 1997.
- _____. *Carta de Nova Olinda: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio*. Portal IPHAN, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>.

_____. *Centro histórico de São Luís (MA)*. Portal IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>.

_____. *Educação patrimonial: inventários participativos, manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2016.

INTERNACIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *World heritage: São Luís do Maranhão (Brazil)*. ICOMOS. Paris, p. 6-10. 1997. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom97.htm#821>>.

LACROIX, M. D. L. L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

LIMA, C. de. *Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos*. São Luís: Siciliano, 2002.

LIMA, Z. M. D. C. (Org.). *Inventário do patrimônio azulejar do Maranhão*. São Luís: AML, 2012.

_____. (Org.). *Catálogo dos azulejos de São Luís*. São Luís: Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), 2004.

_____. *Azulejos de fachadas em São Luís Maranhão*. São Paulo: Editora SESC, 2018.

LOPES, J. A. V. (Coord.). *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MARQUES, W. *Coleção Passeios pela história e cultura do Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2017.

MARTINS; A. *São Luís: fundamentos do patrimônio cultural, séculos XVII, XVIII e XIX*. 4. ed. São Luís: Halley Gráfica e Editora, 2012.

MEIRELLES JUNIOR, J. M. *Entre o céu e a terra*. São Luís: [s.n.], 2008.

_____. *400 anos luz*. São Luís: [s.n.], 2012.

NORMAN, Donald. A. *Design emocional: porque adoramos (ou detestamos) os objetos do dia a dia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL (SÃO LUÍS). *Sobre a Feira do Livro de São Luís*. In: *Feira do Livro de São Luís*, 2018. Disponível em: <<http://www.feiradolivrodesaoluis.com.br/sobre.php>>.

RUSSEL, J. A. A circumplex model of affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 39, n. 6, p. 1161-1178, 1980. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235361517_A_Circumplex_Model_of_Affect>.

RUSSEL, J. A. Core affect and the psychological construction of emotion. *Psychological Review*, v. 110, n. 1, p. 145-172, 2003.

SERRA, A. *Guia histórico e sentimental de São Luís*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA FILHO, O. P. D. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Rio de Janeiro: Efecê, 1986.

SILVA FILHO, O. P. D. S. *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2010.

SILVA, C. C. Nos *Labirintos do patrimônio*: representações sobre o bairro do Desterro. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2005, p. 180.

SILVA, C. C.; BARROS, F. L. P.; COSTA, L. M. D. J. P. *Desterro*: meu bairro, meu patrimônio. São Luís: IPHAN, 2007.

TONETTO, Leandro Miletto; COSTA, Filipe Campelo Xavier da. Design emocional: conceitos, abordagens e perspectivas de pesquisa. *Strategic Design Research Journal*, v. 4, n. 3, p.132-140, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/4492/1716>>.

VIEIRA FILHO, D. *Breve histórico das ruas e praças de São Luís*. 2. ed. São Luís: Imprensa Pública do Estado do Maranhão, 1971.

VIVEIROS FILHO, F. F. D. *Urbanidade do sobrado*: um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís. Brasília: Senado Federal, 2012.

ZAGO FILHO, J. F. (Org.). *São Luís – centro histórico*: guia toponímico. São Luís: s.e., 2018.

Samuel Benison da Costa Campos é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Saúde e Ambiente e Graduado em desenho Industrial pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Airton Cattani é Professor Titular do Departamento de Design e Expressão Gráfica e do Programa de Pós-Graduação em Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutor pelo Centre d'Archives d'Architecture du XX^e Siècle da Cite de l'Architecture et du Patrimoine, em Paris, França. Pós-Doutor pela École d'Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França. Doutor em Informática na Educação, Mestre em Educação e Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – nível 2.

Fábio da Silva Pinto é Professor do Departamento de Design e Expressão Gráfica e do Programa de Pós-Graduação em Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Centro Multiusuário de Prototipagem Rápida (CMPR), do Parque Científico e Tecnológico (ZENIT) da UFRGS. Mestre e Doutor em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais e Graduado em Engenharia Mecânica pela UFRGS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – nível 2.

Como citar:

CAMPOS, Samuel Benison da Costa; CATTANI, Airton; PINTO, Fábio da Silva. Educação Patrimonial em São Luís do Maranhão sob a percepção de pesquisadores de instituições de ensino formal e gestores de instituições de preservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 319-347, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.